PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (PPCTM)

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DE NÍVEL MÉDIO – FORMA SUBSEQUENTE

CAMPUS CAMBORIÚ

CAMBORIÚ/SC

Versão: março de 2023

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO
DIRETORA GERAL DO CAMPUS

ALEXANDRE DE AGUIAR AMARAL
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS

BRUNO CARLESSO AITA
COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

BRUNO CARLESSO AITA
FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS
LEANDRO MONDINI
MARCOS ALEXANDRE HEINIG
MIRELA BERNIERI
MONIQUE KOERICH SIMAS ERSCHING

SUMÁRIO

1. DETALHAMENTO DO CURSO 5

2. CONTEXTO EDUCACIONAL 7

2.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 7

2.2. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO 9

2.3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO 11

2.4. OBJETIVOS DO CURSO 16

2.4.1 Objetivo Geral 16

2.4.2 Objetivo Específicos 17

2.5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO 17

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 18

3.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 18

3.1.1 Políticas de Ensino 18

3.1.2 Políticas de Extensão 20

3.1.3 Políticas de Pesquisa 21

3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE 21

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO 23

4.1. PERFIL DO EGRESSO 23

4.1.1 Conhecimentos da área do saber 25

4.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 25

4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais 25

4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão 26

4.2.3. Prática Profissional 28

4.2.6. Estágio Curricular Supervisionado 30

4.2.6.1 Estágio Curricular Supervisionado não-obrigatório 30

4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS 31

4.4. DESENHO CURRICULAR 32

4.5. MATRIZ CURRICULAR 33
4.5.1. Componentes curriculares optativos 34
4.6. AVALIAÇÃO 34
4.6.1 Sistema de avaliação do curso 36
4.7 EMENTÁRIO 37
4.7.1 Componentes curriculares obrigatórios 37
4.7.2 Componente curriculares optativos 56
4.8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS 57
5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 58
5.1. CORPO DOCENTE 58
5.2. COORDENAÇÃO DE CURSO 59
5.3. NDB 59
5.4. COLEGIADO 60
5.5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 61
5.6. POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO 66
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS 68
6.1. BIBLIOTECA 68
6.2. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS 69
6.3. ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA 71
6.4. ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE 71
REFERÊNCIAS 72

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. DETALHAMENTO DO CURSO

1.1. DENOMINAÇÃO DO CURSO: Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	
1.2 TITULAÇÃO DO CURSO	Técnico de Segurança do Trabalho
1.3 LOCAL DE FUNCIONAMENTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú. Endereço: Rua Joaquim Garcia, S/N. Camboriú. Santa Catarina. CEP 88340-055. Telefone: (47) 2104 – 8000 E-mail de contato: gabinete.camboriu@ifc.edu.br ou seguranca.tec.camboriu@ifc.edu.br Site da unidade: http://www.camboriu.ifc.edu.br
1.4 FORMA	Subsequente ao Ensino Médio
1.5 MODALIDADE	Presencial
1.6 EIXO TECNOLÓGICO	Segurança
1.7 ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	Resolução Ad Referendum Nº 038/Conselho Superior/17/12/2010. Resolução Nº 005 – CONSUPER/2012.
1.8 QUANTIDADE DE VAGAS	40 (quarenta) vagas
1.9 TURNO DE OFERTA	Noturno
1.10 REGIME LETIVO	Semestral
1.11 REGIME DE MATRÍCULA	Regime de matrícula por componente curricular
1.12 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1200 horas relógio
1.13 TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO	4 semestres
1.14 PERIODICIDADE DE OFERTA	Semestral
1.15 LEGISLAÇÃO	Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação; Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio; Parecer CNE/CEB Nº 01/2021 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;

	Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio; Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Art. 41 da Lei nº 9.394/96; Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio; Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios; Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais; Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação; Resolução n. 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC; Resolução nº 010 CONSUPER de 2021, dispõe sobre organização didática dos cursos do IFC; Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância; Lei nº 10.098/2000 que trata da acessibilidade; Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos câmpus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os câmpus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo Câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao câmpus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Câmpus Avançado Sombrio.

O IFC possui 15 câmpus distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o câmpus Abelardo Luz está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

O Colégio Agrícola de Camboriú – CAC, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú, foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginasial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, o qual passa, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária. Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2° Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto número 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a

responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

Em 1990 o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer outros cursos técnicos, de Informática e em Meio Ambiente. Em 2003, passa a oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – ofertando ensino médio e qualificação profissional.

Localizado no município de Camboriú, estado de Santa Catarina, o Câmpus possui uma área total de 205 hectares com 9.024m² de área construída e destas, 5.840m² são áreas construídas destinadas às atividades agropecuárias.

Em 2009, com o advento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CAC transformou-se num campus do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos e assim tivessem a possibilidade de oferecer cursos superiores e de pós-graduação à comunidade, como faculta a lei.

No que se refere a cursos superiores, em 2010 três cursos foram lançados, Bacharelado em Sistemas de Informação, Tecnólogo em Negócios Imobiliários e Licenciatura em Matemática e por fim, em 2011, outros dois, Tecnólogo em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia. Em 2012 foi implantado no campus, o primeiro curso de especialização lato sensu, na área de Treinador e Instrutor de Cães-Guia.

No ano de 2011, houve a implantação do Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental e também, foi inserido um novo eixo tecnológico de ensino profissionalizante na área de segurança, com a implantação do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho e em 2015, com a implantação do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil.

Em 2019, com a proposta aprovada pela CAPES, a Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPI) autorizou o início de funcionamento do curso de Mestrado Acadêmico em Educação a partir de 27 de maio de 2019, através do memorando 09/2019 PROPI/REIT, de 06 de fevereiro de 2019. Em maio de 2020, o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria n° 479, de 13 de maio de 2020.

Recentemente no ano de 2020, marca – se a verticalização do ensino profissionalizante na área de ciências agrárias no IFC – Campus Camboriú, com a implantação do curso de graduação em

Bacharelado em Agronomia.

Pioneiro na formação de Técnicos em Agropecuária em Santa Catarina, a Instituição sempre tem como consciente missão, formar profissionais que prestam especial contribuição para a difusão científica e tecnológica para todas as regiões do nosso estado e de outros estados da União.

2.2. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O planeta e o mundo social encontram-se em permanente modificação. As mudanças são manifestadas pelos movimentos sociais, revoluções tecnológicas, alternâncias de ideologias políticas, substituição de valores morais e éticos e, também, as transformações ambientais, geográficas e climáticas.

Na região Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí Açu - AMFRI, o mercado de trabalho para o técnico em segurança do trabalho é formado basicamente pelos setores de construção civil, imobiliário, hoteleiro, portuário, aeroviário, indústria química, ambiente hospitalar e ambiente de atuação bomberil, onde o profissional com esta formação é essencial.

Tendo em vista a crescente procura por um profissional de nível técnico que possa realizar atividades relacionadas à atuação em ações prevencionistas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com as normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. O técnico em segurança do trabalho desenvolve programas de prevenção e gerenciamento de riscos, incluindo ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho, orientando o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Além disso, o profissional é responsável por coletar e organizar as informações de saúde e de segurança do trabalho e ainda investigar e analisar acidentes do trabalho para recomendar medidas de prevenção e controle.

Ressalta-se que a ética, a atenção a normas técnicas, a redação de documentos técnicos, o raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade concretizam a política de formação técnica do curso de Segurança do Trabalho.

A Resolução Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Segundo o Catálogo, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho possui carga horária de 1.200 horas e está contido no eixo tecnológico de Segurança.

Desde o ano de 2005, o então Colégio Agrícola de Camboriú – CAC/UFSC, iniciou por estímulo da comunidade, a formação de agentes voluntários (bombeiros civis, bombeiros voluntários, socorristas em atendimento pré-hospitalar básico, resgatistas, brigadistas empresariais, agentes ambientais e agentes em primeiros socorros) tendo como objetivos: a) ampliar as perspectivas e as oportunidades de trabalho e renda dos alunos e profissionais participantes; b) criar o espírito de ajuda

mútua em situações de sinistros e desastres ambientais; c) mostrar ao aluno/participante, que em situação de desastre, ele é um componente fundamental para a sociedade; d) aumentar o número de cidadãos com conhecimentos e recursos nos procedimentos em urgências e emergências; e) diminuir o tempo resposta para o atendimento a uma emergência ou a um sinistro e, f) conhecer e aplicar a legislação vigente de atenção às ocorrências sinistrosas e emergenciais.

Buscando atender as necessidades comunitárias apresentadas, desde o ano de 2005, totalizaram-se 38 eventos de Capacitação e de Formação Inicial e Continuada - FIC, formando 700 profissionais, totalizando 5.314 horas de cursos e 20 municípios catarinenses contemplados, sendo eles: Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema, Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Ilhota, Massaranduba, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Timbó, Jaguaruna, Concórdia, Presidente Getúlio, Ibirama, Penha e Balneário de Piçarras.

Tais cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) fomentaram solicitações por parte dos alunos e das empresas envolvidas, demonstrando que uma verticalização do ensino profissionalizante seria oportuna na Criação e Implantação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Forma Subsequente ao ensino médio, curso este implantado em 2011.

Considerando-se que a política de educação profissional e tecnológica vem adquirindo considerável importância para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país, tal curso técnico no Campus Camboriú, oferece uma formação técnica contextualizada com a realidade produtiva local, gerando novo significado para formação, em nível médio, dos cidadãos interessados em exercer a prática profissional de Segurança do Trabalho.

Além disso, há pouca oferta de cursos técnicos em Segurança do Trabalho na região e os existentes são oferecidos por instituições particulares, consequentemente, dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Assim, esse curso é de grande valia não só para jovens – e demais cidadãos em qualquer faixa etária – que almejam uma ocupação profissional, mas também para as empresas que necessitam de um profissional que acompanhe as novas tendências tecnológicas, capazes de desenvolver as práticas com competência, eficiência e habilidade.

Em suma, essa modalidade de curso visa ao atendimento das exigências do mercado de trabalho na região, visto que instituições públicas municipais, estaduais e federais, além da indústria e do comércio, apresentam necessidade de contratar profissionais qualificados para desenvolver atividades no âmbito de Segurança do Trabalho.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nasceram com a finalidade de proporcionar a socialização do ensino e da formação profissional, calcada nos arranjos produtivos e sociais locais, promovendo o desenvolvimento tecnológico e econômico da região e entorno.

Visando ampliar a estrutura, modernizar as capacitações e satisfazer a comunidade, o presente projeto se propõe a manifestar uma ação pedagógica na rede federal de ensino profissionalizante.

2.3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

Conforme Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC, ao se colocar como pergunta orientadora "que perfil de egresso a comunidade do IFC deseja" e "como são ressignificadas as diretrizes específicas de cada curso" busca-se discuti-las a partir dos seguintes elementos:

a) Concepção de currículo;

O currículo transgride a concepção de ordenamento de disciplinas que expressam conhecimentos e conteúdos. Afirma-se a necessidade de reconhecer o currículo em seu aspecto amplo das vivências escolares, ou seja, o currículo oculto (LIBÂNEO, 2007). O currículo oculto é representado pelas influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho do professor proveniente da experiência cultural, dos contextos das políticas públicas, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciado na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas em escola e na sala de aula.

Tem-se no currículo um campo de disputa, permeado de ideologia, relações de poder e também é inseparável da cultura. Tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir e construir a cultura de uma sociedade.

Na EPT busca-se responder estas problematizações a partir da concepção do currículo integrado. É importante salientar que o currículo integrado é tomado neste documento para além da oferta do ensino médio. Assim, é uma proposta de educação que busca romper com a fragmentação curricular na relação constante entre o currículo oficial e o oculto. Dessa forma, o currículo integrado não é integrado, politécnico ou omnilateral simplesmente porque há disciplinas e ementas que possam traduzir a intencionalidade, sendo organizado a partir de objetivos, conteúdos e atividades.

b) Formação integral, omnilateral e politécnica;

Um dos conceitos caros à EPT é o de formação integral, que tem como finalidade a reunificação das dimensões humanas, sejam as do domínio manual ou as do intelectual. A divisão dessas dimensões provoca a "perda do próprio homem" e a "desumanização completa", cria "unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como o signo oposto, o da omnilateralidade" (MANACORDA, 2007, p. 78). Um profissional para atuar no mundo do trabalho, comprometido, por exemplo, com questões ambientais, éticas e filosóficas, precisará de uma gama de conhecimentos que lhe permitam agir de forma assertiva sobre a realidade posta. Assim, é necessário que na formação dos egressos constem conhecimentos práticos integrados com uma sólida formação humana e capacidade crítica.

A formação integral dos estudantes está intimamente relacionada com a concepção de educação omnilateral. Essa, também compreendida como concepção de formação humana, busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético, ético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois estes não são simplesmente dados pela natureza.

Entende-se politecnia a partir dos conceitos de Kuenzer (2002) e Saviani (1989). De acordo com Kuenzer (2002) a politecnia difere do polivalente e amplia o domínio intelectual da técnica, bem como a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Saviani (1989), complementa ao afirmar que a politecnia propicia o desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que há o domínio dos princípios, fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna.

Assim como preconizado no PDI do IFC, a EPT pauta-se numa concepção filosófica de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à omnilateralidade, de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura (RAMOS, 2010).

c) Inclusão/Educação Inclusiva;

No sentido de contemplar as necessidades específicas, bem como os diferentes estilos de aprendizado dos estudantes. Assim, o IFC busca atuar de maneira a oferecer e favorecer: a transversalidade da Educação Especial ; o atendimento educacional [2] especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para a educação inclusiva; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade e articulação intersetorial na implementação das políticas de inclusão.

O IFC instituiu o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto por núcleos inclusivos: a) Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); b) Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); c) Núcleo de

[1] Neste grupo incluem-se estudantes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, com dislexia, discalculia, entre outros transtornos específicos de aprendizagem.

[2] De acordo com a LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar (BRASIL, 1996, p. 42).

Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES); d) demais núcleos inclusivos, em atendimento às necessidades e às realidades dos campi em seus contextos. Todos esses núcleos são compostos por docentes, técnicos administrativos em educação, discentes e membros da comunidade externa que têm interesse pela temática.

No que diz respeito à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades superdotação ou aqueles com outras necessidades específicas, o IFC conta com um trabalho colaborativo entre Napne e AEE, no sentido de buscar a efetivação de um currículo inclusivo, cuja transposição para a prática aconteça a partir dos princípios da equidade e proteção dos direitos, por meio de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; promovendo debates, vivências e reflexões, quanto à cultura da educação para a inclusão e eliminação de barreiras que possam dificultar ou impedir a plena participação no processo de construção de conhecimentos. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que não é a deficiência ou a condição de estudante com alguma necessidade específica que limita o aprendizado, mas as diversas barreiras que lhe são impostas, acarretando uma incompatibilidade entre suas habilidades e o contexto. Assim sendo, o currículo inclusivo não desconsidera a necessidade de buscar possibilidades e condições para favorecer acessibilidade e participação do estudante com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A transposição de um currículo inclusivo para a prática também requer o uso integrado de diferentes recursos comunicativos, ou seja, outras possibilidades que permitam a exploração multissensorial e aprendizado por diferentes rotas, além de alternativas diversificadas para a expressão, considerando-se a relevância de se pensar na “diversidade do processo de aprendizagem” quando se projeta um ensino para todos (HUDSON, 2019; NUNES; MADUREIRA, 2015).

O currículo inclusivo transcende as práticas isoladas, meramente instrumentalizadas e assistencialistas, no âmbito do contexto educacional, requer avaliação constante das ações executadas, que, ocasionalmente, parecem centradas apenas nas dificuldades, principalmente de estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial, deixando, assim, a oportunidade de se construírem iniciativas inclusivas universalizadas.

Por fim, estruturar um currículo inclusivo demanda que se considere, em sua organização, caminhos também para adequações, flexibilizações, recuperações, nivelamentos, dentre outros, considerando a concepção de inclusão no seu sentido abrangente e os diferentes perfis dos estudantes. Contudo, esses caminhos não devem estar previstos apenas em normativas específicas e segmentadas, mas também na organização de cada curso, em seus projetos pedagógicos, discutidos e incorporados desde sua criação pelos Núcleos Docentes e Colegiados.

d) Ciência, tecnologia e cultura;

A formação de egressos críticos e comprometidos com o mundo social, material e

ambiental perpassa pela forma como são abordados o papel da ciência, tecnologia e cultura nos cursos. Assim, reflete-se como se dá a construção do conhecimento e como são trabalhados e ressignificados nas práticas pedagógicas dos cursos.

Referente à ciência, é esperado que os estudantes compreendam o processo de construção de conhecimento e que o diferencia da mera opinião, suposições sem o respaldo científico. Com isso, também é importante que o futuro egresso reconheça o prejuízo de narrativas que negam a ciência e contrariam os conhecimentos socialmente acumulados pela área do curso e demais áreas do conhecimento (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Neste item, compreende-se a necessidade de reflexão sobre a criação de tecnologias que podem tanto contribuir para a ampliação das capacidades humanas e produtivas, como ser instrumento para aumentar as desigualdades sociais ou impactar em outras áreas da existência humana.

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações, comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos e de significados e, em simultâneo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (BRASIL/MEC, 2007, p. 45).

Assim, compreende-se como indispensável que as categorias ciência, tecnologia e cultura estejam circunscrevendo os currículos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFC, para ser possível realizar uma formação integrada, omnilateral e politécnica.

e) Trabalho como princípio educativo;

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Sendo assim, o trabalho, por conseguinte, induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária da EPT. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, produz conhecimento.

O ensino politécnico articulado “ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se direito social subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida” (FRIGOTTO, 2012, p. 76). Essa concepção ampla de educação permite aos estudantes compreender e pensar criticamente sobre os fenômenos da natureza, bem como com as relações e funcionamento da sociedade. O domínio desses conhecimentos é condição necessária para formação de sujeitos críticos e emancipados no mundo em que vivem, além de ser facilitador na compreensão das inovações técnicas e científicas presentes no processo produtivo.

Sendo assim, essa concepção não pode ser entendida como ferramenta para inserção do estudante no mercado do trabalho, onde se espera que o indivíduo possa ser treinado e adaptado às demandas do regime de acumulação flexível no mundo globalizado capitalista. A formação politécnica, na medida em que articula os conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e do trabalho, permite a formação ampla do indivíduo, garantida como direito subjetivo, além de propiciar a reflexão e o pensar crítico de sua realidade e de seu meio social, podendo assim agir sobre ela e transformá-la (FRIGOTTO, 2012).

Ramos (2008), destaca que a EPT tem sua origem no contexto brasileiro como um meio de formação imediata para atender o mercado de trabalho, em que os menos favorecidos não tinham outra opção a não ser obter uma profissão para o atendimento das suas necessidades básicas/imediatas.

Estudiosos e educadores da EPT, como Ramos (2008) e Moura (2013), têm se debruçado e defendido o trabalho como princípio educativo, na perspectiva de uma formação omnilateral, que contrapõe e supera a formação unilateral, característica marcante da sociedade capitalista, presente no sistema de ensino, como também nos demais segmentos formativos da sociedade.

A Prática Profissional é compreendida como diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. A Prática Profissional, assim, está relacionada aos fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico e possibilita as discussões sobre o mercado de trabalho, em contraponto ao mundo do trabalho, e refletir sobre seus desafios e contradições.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo conduz a escola a reflexão contínua sobre o tipo de profissional que deseja formar. O projeto de escola pretendido visa refutar o atendimento imediatista ao mercado de trabalho, sem uma perspectiva social mais ampla, e visa a formação sólida dos estudantes nas diferentes dimensões que constituem o ser humano, tendo como núcleo básico do currículo a relação trabalho, ciência e cultura.

f) Verticalização dos cursos;

Os cursos ofertados nos Institutos Federais de Educação têm como característica peculiar de oferta, segundo a lei de criação dos institutos federais, n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a promoção da verticalização e integração da educação básica até a pós-graduação. Além da melhor gestão do uso de pessoal e de infraestrutura, isso nos permite a criação de eixos de oferta com cursos de diferentes níveis e articulados entre si. O estudante com isso tem a possibilidade, por exemplo, de ingressar na instituição para cursar uma determinada qualificação profissional e a partir disso almejar novas trilhas de aprendizagem, optando verticalizar seus conhecimentos até o nível superior.

Ainda como verticalização, mas na perspectiva pedagógica, é esperado que o estudante possa transitar por diferentes níveis de ensino e possa vivenciar esta experiência agregadora para a construção de sua identidade profissional. Assim, é possível que ao longo da integralização do curso haja momentos de atividades integradas entre os cursos de mesmo eixo de diferentes níveis de ensino. Além de aprofundar a formação do estudante em algum ponto específico, esta integração permite o intercâmbio de conhecimentos e novas abordagens para compreensão do objeto de estudo. Ações neste sentido, ampliam o horizonte de perspectiva profissional do estudante, pois demonstram a estreita relação entre os cursos de diferentes níveis pertencentes ao mesmo eixo de formação.

Segundo o PDI do IFC, pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de "[…] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações" (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam

trajetórias formativas entre os distintos "[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica" (PACHECO, 2010, p. 21).

Assim, os Institutos Federais "[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil" (ORTIGARA, 2013, p. 2), considerando sua característica sui generis: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão.

2.4. OBJETIVOS DO CURSO

2.4.1 Objetivo Geral

O objetivo do curso técnico de nível médio em Segurança do Trabalho é proporcionar a formação de profissionais que conduzam atividades de melhoria da qualidade de vida do trabalho, entre elas prevenção de acidentes e doenças, além do conforto e bem estar no trabalho, oportunizando

a aquisição dos conhecimentos específicos, articulados com uma visão totalizadora da realidade, preparando-os para o atendimento às novas exigências do mercado globalizado, desempenhando o papel de profissionais liberais ou assumindo vínculo empregatício com as organizações públicas ou privadas. Dessa forma, esta instituição coloca à disposição da sociedade um perfil profissional que realize atividades de nível médio, de relativa complexidade, atuando como técnico, de forma consciente e responsável.

2.4.2 Objetivo Específicos

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho tem como finalidades específicas:

- Formar profissionais, éticos e comprometidos;
- Desenvolver a habilidade para se adaptar às mudanças do ambiente organizacional;
- Educar e instrumentalizar formalmente os responsáveis pela segurança do trabalho nas empresas da região, imprimindo e aprimorando os aspectos técnicos e científicos desta profissão;
- Expandir para um número crescente de empresas o serviço profissional da segurança do trabalho;
- Proporcionar ao profissional a habilidade de comunicação, das relações humanas e liderança;
- Integrar o ensino teórico à tomada de iniciativas dentro da sua área de competência, contribuindo para melhorar a qualidade do ambiente da empresa;
- Adequar o futuro profissional ao quadro atual de formação da mão de obra;
- Desenvolver competências e habilidades para a prevenção, preparação, mitigação, resposta e restauração aos danos e impactos provocados pelos desastres, de origem tecnológica ou natural.

2.5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso dos alunos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho se dará através da inscrição e participação em processo seletivo, regido por edital ou processo de seleção próprio. Uma vez aprovado no processo seletivo, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio mediante apresentação do histórico escolar para a efetivação da matrícula no curso.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Políticas de Ensino

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e

comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos câmpus, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:

> Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265)

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

3.1.2 Políticas de Extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente no desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão: A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine que non* na orientação de nossa práxis extensionista.

3.1.3 Políticas de Pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações da pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.

3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e

extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

4.1. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense, possui formação pautada na politecnia e omnilateralidade, ou seja, formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso está habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho.

O profissional com formação técnica na área de segurança do trabalho desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a estas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional.

Em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e com as atribuições previstas na legislação vigente, o profissional Técnico em Segurança do Trabalho deve apresentar condições de formação para:

- Analisar os métodos e os processos laborais e informar ao empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho e orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização.
- Identificar fatores de risco de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador.
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da instituição.
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos.
- Planejar e executar ações prevencionistas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e controle de riscos ambientais de acordo com as normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho.
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
- Projetar ajustes das ações prevencionistas por meio dos dados estatísticos epidemiológicos de doenças e acidentes de trabalho.
- Produzir e interpretar relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional.

- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio e outros riscos ocupacionais.
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.
- Orientar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC).
- Coletar e organizar informações de saúde e de segurança do trabalho.
- Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias.
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação.
- Desenvolver e executar programas de gerenciamento e controle de riscos ocupacionais.
- Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientar quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivar e conscientizar o trabalhador da sua importância para a vida.
- Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho, previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço.
- Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes.
- Atuar no Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente).

Além destas condições formativas, o profissional egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense será capaz de:

- Desenvolver competências técnicas e tecnológicas em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;
- Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Atuar para fomentar a qualidade de vida no trabalho com uma abordagem psicossocial

com a atuação em relação à saúde mental do trabalhador.

4.1.1 Conhecimentos da área do saber

Constituem conhecimentos da área do saber do curso Técnico em Segurança do Trabalho:

Reflexão sobre as relações sociais e culturais entre o trabalho e os trabalhadores, sua origem e evolução; Análise de postos de trabalho e das responsabilidades na atuação profissional; Discussão de questões relacionadas ao mundo do trabalho e suas normatizações; Orientação sobre uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs); Estudo, análise, aplicação e orientação sobre as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência e da legislação aplicada à segurança do trabalho normas e procedimentos de diversas áreas; Estudo das adaptações do trabalho ao corpo humano e da interface entre o ser humano e máquina; Desenvolvimento e orientação sobre análise ergonômica; Interpretação de projetos arquitetônicos e planta baixa voltados à segurança do trabalho e elaboração de rotas de fuga e mapas de risco; Levantamento e avaliação de riscos ambientais, de natureza física, química, biológica, ergonômica e de acidentes; Estudo e aplicação de equipamentos de monitoração do ambiente de trabalho; Estudo das principais técnicas de prevenção, controle e gestão de riscos; Análise e investigação de acidentes de trabalho; Aplicação de medidas de primeiros socorros após ocorrência dos diversos tipos de acidentes do trabalho; Elaboração, implantação e implementação de planos de emergência e urgência; compreensão de dados estatísticos para minimização de acidentes; Elaboração, execução e apresentação de planos emergenciais, auxílio e abandono de áreas em situações de risco; Reflexão entre postos de trabalho, ambientes de trabalho, adoecimento e absenteísmo; Orientação sobre saúde do trabalhador e prevenção de doenças; Introdução ao estudo de estrutura organizacional e gestão de pessoas; Implementação de ações de comunicação e educação em Saúde e Segurança do Trabalho. Elaboração de treinamentos, organização de reuniões, palestras e de documentos físicos e digitais diversos; Desenvolvimento das relações interpessoais no trabalho, trabalho em equipe e de liderança; Estudo dos sistemas digitais de integração entre empregadores e o Governo relacionados à segurança do trabalho.

4.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto pelos professores de todas as disciplinas do semestre, buscando:

a) planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

b) melhor utilização dos laboratórios;

c) evitar sobreposição de conteúdo;

d) estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;

e) uniformizar critérios de avaliação;

f) maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;

g) realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;

h) contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras;

i) discutir e implementar ações integradas na viabilização da realização do estágio supervisionado, quando os temas descritos no relatório estiverem relacionados com as disciplinas.

A disciplina de Projeto Integrador compreende a integralização de todos os componentes curriculares e tem como objetivo desenvolver uma atividade que integre a teoria e a prática profissional do TST, articulando com os conhecimentos dos demais componentes curriculares.

4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a existência da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

I- Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

II- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais.

III- Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover

uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

IV- Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.

V- Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

1. Programa: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;
2. Projeto: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
3. Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;
4. Evento: ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às

necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;

5. Publicações acadêmicas: produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
6. Outras ações: conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

As estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devem constituir componente (s) curricular(es) da matriz, podendo ser contempladas da seguinte forma:

I. Como disciplina (s) específica (s);

II. Como parte da carga horária de disciplina (s);

III. Como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa nas modalidades previstas no art. 4º, devidamente cadastradas na instituição.

As estratégias de curricularização da extensão, da pesquisa e inovação, definidas neste PPC, totalizam 70 horas e ocorrerão da seguinte forma:

I. Como disciplina específica: Projeto Integrador (60 horas)

II - Como parte da carga horária de componente curricular específico:

a. Metodologia do Trabalho Acadêmico (10 horas)

4.2.3. Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática de 10/2021 do IFC, em seu artigo 47, § 2º O PPC deve prever a prática profissional a ser desenvolvida no decorrer do curso. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional prevista no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho prevê 250 horas de carga horária de práticas profissionais.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

A prática profissional ocorrerá durante as aulas nos seguintes componentes curriculares: Primeiros Socorros, Introdução à Segurança do Trabalho, Higiene do Trabalho I, Segurança do Trabalho I, Desenho Técnico II, Prevenção e Controle de Riscos, Segurança do Trabalho II, Tecnologia e Controle de Sinistros, Tópicos Especiais, Higiene do Trabalho II, Segurança do Trabalho III e Projeto Integrador, conforme quadro a seguir:

Componentes curriculares	**Conteúdos abordados**	**Carga horária (horas)**
Primeiros Socorros	1. Avaliação da Cena de Emergência. 2. Abordagem Primária da Vítima. 3. Manipulação e Remoção da Vítima. 4. Ferimentos e Curativos. 5. Emergências Clínicas: sinais vitais. 6. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução de vias aéreas e reanimação respiratória. 7. Reanimação Cardiopulmonar. 8. Triagem de Vítimas. 9. Queimaduras. 10. Hemorragias e Choque.	40
Introdução à Segurança do Trabalho	1. Diálogo Diário de Segurança do Trabalho. 2. Análise da documentação técnica referente à segurança do trabalho. 3. Seminários.	15
Higiene do Trabalho I	1. Uso e calibração de equipamento para avaliação do ruído. 2. Uso e calibração de equipamentos para avaliação do calor. 3. Uso, conservação e inspeção de Equipamentos de Proteção Auditiva. 4. Uso e calibração de equipamento para avaliação da iluminação.	30
Segurança do Trabalho I	1. Elaboração de Mapa de Risco. 2. Elaboração de Ordens de Serviço. 3. Elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário.	24
Desenho Técnico II	1. Elaboração de Mapa de Risco.	6
Prevenção e Controle de Riscos	1. Preenchimento de Checklist e gerenciamento de riscos. 2. Aplicação das Ferramentas de Análise de Risco. 3. Estudos de caso de aplicação prática das Ferramentas de Análise de Risco.	20
Segurança do Trabalho II	1. Preenchimento de Ficha de controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). 2. Dimensionamento das Instalações sanitárias e áreas de vivência nos locais de trabalho conforme NR-24. 3. Comunicação e Investigação de acidentes do trabalho. 4. Elaboração e interpretação de Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR). 5. Análise de documentação técnica de Máquinas e Equipamentos (NR-12) e de Caldeiras e Vasos de Pressão (NR-13).	25

Tecnologia e Controle de Sinistros	1. Zonas de Controle em Emergências e Ocorrências com Produtos Perigosos. 2. Elaboração e Interpretação de Planos de Emergência. 3. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Respiratória (EPR) para Sinistros com Produtos Perigosos e Incêndios. 4. Técnica e Tática de Combate a Incêndios.	20
Tópicos Especiais	1. Estudo de caso: simulado aplicando NR's administrativas/legais. 2. Auditorias. 3. Técnico em segurança do trabalho como consultor em segurança do trabalho. 4. Transmissão das informações de saúde e segurança ocupacional para os sistemas oficiais do governo (eSocial).	18
Higiene do Trabalho II	1. Uso, conservação e inspeção de Equipamentos de Proteção Individual para proteção contra agentes químicos e biológicos. 2. Elaboração do Programa de Proteção Respiratória (PPR).	16
Segurança do Trabalho III	1. Preenchimento de checklist sobre a NR18, preferencialmente durante uma visita técnica. 2. Aplicação dos conhecimentos técnicos relacionados à NR-33 (Espaços Confinados) e NR-35 (Trabalho em Altura).	10
Projeto Integrador	1. Planejamento, elaboração e apresentação de seminários e atividade de conclusão do Projeto Integrador.	26

4.2.6. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio profissional supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação. O curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFC-*Campus* Camboriú não prevê a realização de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório.

4.2.6.1 Estágio Curricular Supervisionado não-obrigatório

Os estudantes poderão realizar estágios que complementam algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área. Caso o aluno decida realizar o Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, o aluno deverá cumprir 120 (cento e vinte) horas de estágio e deve ter obrigatoriamente:

I - orientador do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, docente do IFC da área a ser desenvolvida no estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade.

II - supervisor de campo, profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento

do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

O Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório é registrado como integrante dos componentes curriculares que cumprem a carga horária referentes às atividades eletivas. O estudante tem a obrigação de entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e ao docente orientador. No caso de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório o seguro é responsabilidade da parte concedente do estágio.

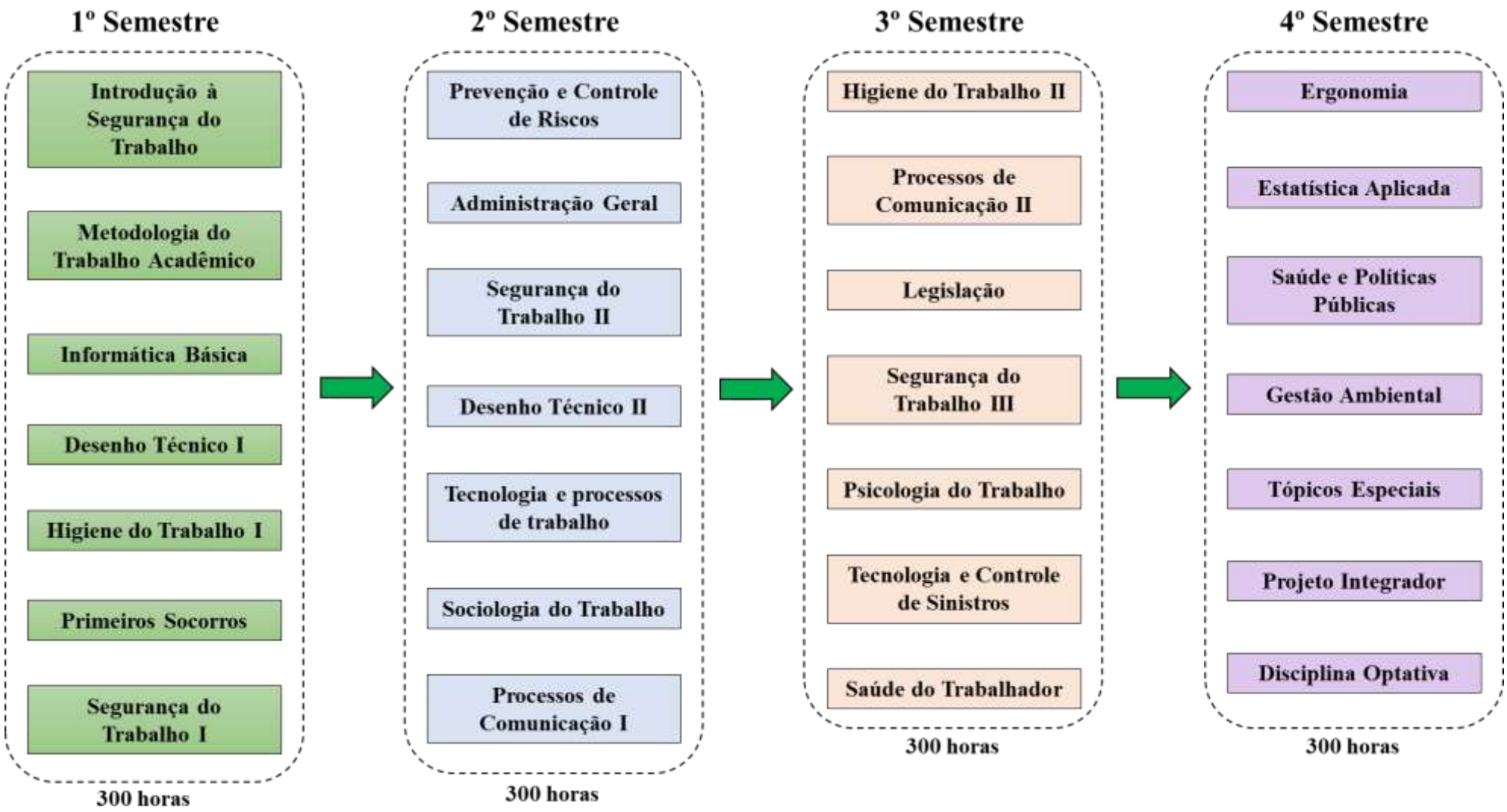
As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, observada a Lei no 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Quando não houver aulas presenciais o estágio poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

Não estão previstas atividades não presenciais no curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFC-*Campus* Camboriú.

4.4. DESENHO CURRICULAR



4.5. MATRIZ CURRICULAR

Componentes Curriculares		Carga horária total (h)*	Carga horária de Prática Profissional (h)	Carga horária de Extensão, Pesquisa e Inovação (h)
1º Semestre	Introdução à Segurança do Trabalho	30	15	-
	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	-	10
	Informática Básica	30	-	-
	Desenho Técnico I	30	-	-
	Higiene do Trabalho I	60	30	-
	Primeiros Socorros	60	40	-
	Segurança do Trabalho I	60	24	-
Subtotal (h)		**300**	**109**	**10**
2º Semestre	Prevenção e Controle de Riscos	60	20	-
	Administração Geral	30	-	-
	Segurança do Trabalho II	60	25	-
	Desenho Técnico II	30	6	-
	Tecnologia e Processos de Trabalho	60	-	-
	Sociologia do Trabalho	30	-	-
	Processos de Comunicação I	30	-	-
Subtotal (h)		**300**	**51**	**-**
3º Semestre	Higiene do Trabalho II	60	16	-
	Processos de Comunicação II	30	-	-
	Legislação	60	-	-
	Segurança do Trabalho III	30	10	-
	Psicologia do Trabalho	30	-	-
	Tecnologia e Controle de Sinistros	60	20	-
	Saúde do Trabalhador	30	-	-
Subtotal (h)		**300**	**46**	**-**

4º Semestre	Ergonomia	60	-	-
	Estatística Aplicada	30	-	-
	Saúde e Políticas Públicas	30	-	-
	Tópicos Especiais	60	18	-
	Gestão Ambiental	30	-	-
	Projeto Integrador	60	26	60
	Disciplina Optativa	30	-	-
Subtotal (h)		**300**	**44**	**60**
Total (h)		**1200**	**250**	**70**
Carga Horária total do curso (h)				1200
Carga Horária total do curso em Prática Profissional (h)				250 (21%)
Carga Horária total do curso em Estágio Não Obrigatório (h)				120
* Na organização de períodos de 50 minutos/aula: Disciplinas 30h: totalizam 36 aulas. Disciplinas 60h: totalizam 72 aulas.				

4.5.1. Componentes curriculares optativos

Componentes Curriculares	Carga Horária (h)
Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho	30
Libras	30

4.6. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem escolar, é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando o aprofundamento dos

conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

O professor informará aos estudantes, por meio da apresentação do Plano de Ensino no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

I - Avaliação escrita;

II - Avaliação oral ou prático-oral;

III - Avaliação prática;

IV - Trabalho individual ou em grupo;

V - Seminário;

VI - Estudo de caso;

VII - Resenhas e artigos;

VIII - Relatório de atividades;

IX - Relatório de visita técnica;

X - Portfólio;

XI - Webquest;

XII - Autoavaliação;

XIII - Dramatização;

XIV - Desenho;

XV - Maquete;

XVI - Experimentação;

XVII - Álbuns.

O docente adotará os instrumentos de avaliação que julgar mais adequado e eficiente, para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de notas. Em cada ciclo deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

Considerar-se-á aprovado em um componente curricular o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de aulas estabelecidas na disciplina e

alcançar nota final, igual ou superior a 7,0 (sete).

Atendido ao critério de aprovação por assiduidade, o estudante que não atingir média final 7,0 (sete) terá direito a realização do Exame Final, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5{,}0$$

O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. O estudante que realizar exame final e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. O estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado por nota em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina.

4.6.1 Sistema de avaliação do curso

A Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, prevê que a avaliação do curso ocorra de modo a compreender a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para os currículos. Para a avaliação do curso será adotada como referência a autoavaliação realizada pelo próprio curso, a avaliação Institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC e avaliações do âmbito do MEC. O acompanhamento da avaliação do curso é de competência da PROEN e PROPI, em articulação com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), as DEPEs dos campi, Coordenações de Cursos e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC.

4.7 EMENTÁRIO

4.7.1 Componentes curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE:

INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DO TRABALHO
Ementa: Noções sobre funcionamento do curso. Perfil do Técnico em Segurança do Trabalho. Mercado de Trabalho e Atuação Profissional. Definições e termos utilizados na área de segurança do trabalho. Evolução da segurança do trabalho.
Bibliografia: AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de legislação ambiental.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002. 2v. SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional.** 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** 10. ed. São Paulo: LTr, 2014.
Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas da ABNT/NBRs relacionadas à riscos ocupacionais, medidas preventivas e acidentes**. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. *Campus* Camboriú. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho**. Impressão, 2022. SHERIQUE, Jaques. **126 DDS: diálogos diários de segurança**. São Paulo: LTr, 2012. 134 p. ISBN 9788536121376 (broch.). SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos.** 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. ISBN 9788536131313. TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho.** 8. ed. São Paulo: Senac, 2010. SCALDELAI, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012.

METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO
Ementa: Formas de conhecimentos. O conhecimento científico: características e importância. Processos de estudos: seleção de material e fichamentos. Trabalhos acadêmicos: tipologia, características. Normas técnicas: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos. Seminários.

Bibliografia:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 158 p.
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia cientifica.** 6. ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação cientifica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11.ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 321 p.

Bibliografia complementar:

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10520:** informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 7p.
Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:** informação e documentação –trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2011. 11p.
Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023:** Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 24p.;
CARVALHO, Maria Cecilia M. de (Org.). **Construindo o saber:** técnicas de metodologia científica. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 1989. 180 p.
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos:** normas e técnicas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 231 p.

INFORMÁTICA BÁSICA

Ementa: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.

Bibliografia:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p.
NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM.
BIZELLI, Maria Helena S. Sahão; BARROZO, Sidinéia. **Informática Básica: Terceira Idade e Iniciantes**. Araraquara: Unesp - Instituto de Quimica de Araraquara, 2009. 192 p.

Bibliografia complementar:

MARCONDES, Andrea. **Informática para Iniciantes**. São Paulo: Livro Pronto, 2009. 120 p.
CAIÇARA JUNIOR, Cicero; PARIS, Wanderson Stael. I**nformática, Internet e Aplicativos**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2009. 154 p.
REIS, Wellington José dos. **Libreoffice Writer 4.2: Manipulando textos com liberdade e precisão**. São Paulo: Viena, 2014. 240 p.
REIS, Wellington José dos. **Libreoffice Impress 4.2: Dominando Apresentações**. São Paulo: Viena, 2014.160 p.

SIMÃO, Daniel Hayashida. **LibreOffice Calc 4.2: Dominando as Planilhas**. São Paulo: Viena, 2014. 208 p.

DESENHO TÉCNICO I
Ementa: Introdução ao Desenho Técnico. Princípios do desenho técnico para execução e interpretação de plantas. Leitura, normas e técnicas do desenho. Caligrafia Técnica. Escalas. Simbologia.
Bibliografia: CHING,Frank. **Representação Gráfica em Arquitetura**. 5ed. Porto Alegre:Bookman, 2000. 192p. NEUFERT, Peter. Arte **de Projetar em Arquitetura**. São Paulo:G. Gill, 2010. 618p. SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgilio Vieira. **Manual Básico do Desenho Técnico**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1997. 180p.
Bibliografia complementar: FRENCH, Thomas Ewing; VIERK, Charles J. **Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica**. 8 Ed.atual. revis. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p. MARCHESI JUNIOR, Isaías**. Curso de Desenho Geométrico**. Volume 2, não consumível. 4 ed. São Paulo (SP): Ática, 1994. 96p. MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho Arquitetônico**: para cursos técnico de 2. Grau e faculdades de arquitetura. 2ª Ed rev. E ampl. São Paulo (SP): E. Blucher, 1985. 142p. NEIZEL, E. **Desenho Técnico para Construção Civil**. São Paulo: EUP e EDUSP. Editora Pedagógica Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 68p. XAVIER, Natália. **Desenho Técnico Básico**: expressão gráfica, desenho geométrico, desenho técnico, glossário ilustrado. 4 ed. São Paulo, SP: Ática, 1990. 138p.

PRIMEIROS SOCORROS
Ementa: NR 07 - Primeiros socorros, Kit de primeiros socorros e Brigada de Emergência. NR 01 - Plano de Resposta a Emergência (GRO). O Serviço de Emergências Médicas. Anatomia e Fisiologia Humana. Avaliação da Cena de Urgência/Emergência. Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Oxigenoterapia. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DEA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma: luxação, entorses, fraturas e imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Emergências Clínicas: cardiovasculares e respiratórias. Intoxicação. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes. Animais peçonhentos.

Bibliografia:

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS**: *prehospital trauma life support*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ALBINO, Rubia Maria. **Urgências e Emergências.** Florianópolis: Papa-Livro, 2003.
HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. **Manual de Biossegurança.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. **Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos.** São Paulo: ABIQUIM. 2006.
THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. **Estrutura e Funções do Corpo Humano.** São Paulo: Manole, 2002.
WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. **Atlas de Anatomia Humana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1972.
BRODT, Mário. **Infartei, e agora?** Porto Alegre: AGE, 2007.
SILVA, Edilene Rodrigues da; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. **Educando e produzindo conhecimento em enfermagem.** Natal: EDUFRN, 2008.

HIGIENE DO TRABALHO I

Ementa: Introdução a higiene do trabalho; Avaliação e controle de agentes ambientais; Agentes físicos: temperaturas extremas, ruído, pressões anormais, radiações não-ionizantes e ionizantes, vibrações, iluminação. Normas NHO Fundacentro; Insalubridade Periculosidade, NR 15 e 16; Técnicas e uso de equipamentos. ACGIH e NIOSH.

Bibliografia:

ROCHA, Rosemberg; BASTOS, Marcos. **Higiene ocupacional ao alcance de todos: monitoramento, gestão e controle dos riscos ambientais.** Rio de Janeiro: Autografia, 2016. 461 p. ISBN 9788555268540.
BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos.** 10. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2019. 462 p. ISBN 9788539629459 (broch.).
ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.

Bibliografia complementar:

BELLUSCI, Silvia Meirelles. **Doenças profissionais ou do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 147 p.
PEREIRA, Fernandes José; CASTELLO FILHO, Orlando. **Manual prático**: como elaborar uma perícia técnica de insalubridade, de periculosidade, de nexo causal das doenças ocupacionais e das condições geradoras do acidente do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 239 p.

PEREIRA, Fernandes José; CASTELLO FILHO, Orlando. **Manual prático**: como elaborar uma perícia técnica de insalubridade, de periculosidade, de nexo causal das doenças ocupacionais e das condições geradoras do acidente do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 239 p.
SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Marcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade**: aspectos tecnicos e praticos. 3. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 1997. 228p.
SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. 478 p.

SEGURANÇA DO TRABALHO I

Ementa: Riscos Ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Mapas de Riscos. Cores na sinalização de segurança NR-26.NR 10 - Segurança do Trabalho com Eletricidade: riscos associados a atividades com eletricidade; medidas de controle dos riscos em atividades com eletricidade. Ordem de Serviço – NR 01. Preenchimento do PPP e comparativo entre NR-15 e anexo IV do regulamento da previdência social. Normas regulamentadoras: NR-02; NR-03 e NR-04.

Bibliografia:

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. 478 p. ISBN 9788536117850.
SCALDELAI, Aparecida Valdinéia. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012. xxx, 433 p. ISBN 9788577282593.
ABEPRO. **Higiene e Segurança do Trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ABEPRO, 419 p. ISBN 97888535235203.

Bibliografia complementar:

FONSECA, Ariadne da Silva; SARTORI, Marcelo Ricardo de Andrade. **Manual de segurança do trabalho**. São Paulo: Martinari, 2017. 462 p. ISBN 9788581160580.
IKEDO, Fernanda (ORG.). **Trabalhar e adoecer na agroindústria: da reabilitação profissional à construção da norma regulamentadora dos frigoríficos (NR 36)**. Florianópolis: Insular, 2014. 197 p. ISBN 9788574747798 (broch.).
MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho.** 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.
SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos.** 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. ISBN 9788536131313.
SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle do ruído:** PPRA. 6. ed. São Paulo, SP: LTr, 2011. 136 p. ISBN 9788536119335.

2º SEMESTRE:

ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ementa: Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Conceitos básicos sobre Gestão da Qualidade.
Bibliografia: CHIAVENATO, Idalberto**. Administração:** teoria, processo e prática. 4 Ed. rev. e. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus. 2010. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 Ed. rev. e. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus. 2010. TAVARES, José da Cunha. **Tópicos da administração aplicada à segurança do trabalho.** 10 ed. São Paulo: Senac, 2011.
Bibliografia complementar: BATEMAN, Thomas S.; SNELL A. **Administração**: novo cenário competitivo. 2 ed. São Paulo. SP: Atlas, 2011. CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. **Referência:** FISCHER, Georg et al. **Gestão da Qualidade:** segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Blucher, 2009. 240 p. ISBN 9788521204664. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 7. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008. SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da Administração**. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica**: conceitos. São Paulo:Atlas, 2000.

DESENHO TÉCNICO II
Ementa: Desenhos em 2D com utilização de software CAD. Modelos de projetos simples para confecção de mapas de riscos.
Bibliografia: CHING, Frank. **Representação Gráfica em Arquitetura**. 5ed. Porto Alegre:Bookman, 2000. 192p. NEUFERT, Peter. Arte **de Projetar em Arquitetura**. São Paulo: G. Gill, 2010. 618p. VENDITTI, Marcus Vinicius dos Reis. **Desenho técnico sem prancheta com AutoCAD 2010**. Florianópolis: Visual Books, 2010. 346p.

Bibliografia complementar:

CHING, Frank. **Arquitetura de Interiores**. 2ed. Porto Alegre:Bookman, 2006. 356p.
FRENCH, Thomas Ewing; VIERK, Charles J. **Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica**. 8 Ed.atual. revis. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.
MENEGOTTO, J. L.; ARAÚJO, T. C. M. **O Desenho Digital:** Técnica e Arte. Rio de Janeiro: Interciência, 2000. 131p.
MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho Arquitetônico**: para cursos técnico de 2. Grau e faculdades de arquitetura. 2ª Ed rev. E ampl. São Paulo (SP): E. Blucher, 1985. 142p.
NEIZEL, E. **Desenho Técnico para Construção Civil**. São Paulo: EUP e EDUSP. Editora Pedagógica Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 68p.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Ementa: Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho; Trabalho e produção; Forças produtivas e relações de poder; Globalização e as transformações no mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho; Organização dos trabalhadores.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. **8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.**
MÉSZÁROS, István. Para além do capital rumo a uma teoria da transição. Coleção Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.**
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber.** 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 157 p.

Bibliografia complementar:

HARRY, Braverman. **Trabalho e Capital Monopolista - a Degradação do Trabalho No Século XX** - 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. atual. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 698p.
COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade.** 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal .** 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 174 p.

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO I

Ementa: Elementos da comunicação. Filtros da comunicação / feedback. Tipos de Comunicação e Funções da Comunicação. Barreiras à comunicação humana devido à linguagem e à personalidade.

Oratória Moderna. Técnicas de oratória. Comunicação e relacionamento humano e profissional. Prática de oratória.

Bibliografia:

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência:** técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
POLITO, Reinaldo. **Assim e que se fala**: como organizar a fala e transmitir idéias. 20. ed. São Paulo: Saraiva. 2001.
POLITO, Reinaldo. **Como falar:** corretamente e sem inibições. 104. ed São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Alípio do Amaral. **Comunicação para a qualidade.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.
PALACIO, R. J. **Extraordinário**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 318 p.
PEASE, Allan; PEASE, Barbara. **Desvendando os segredos da linguagem corporal**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005. 271 p.
PENTEADO, J. R. Whitaker. **A técnica da comunicação humana**. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 469 p.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. São Paulo: Contexto, 2008. 221 p.

TECNOLOGIA E PROCESSOS DE TRABALHO

Ementa: Introdução ao estudo dos processos de produção. Fluxos de produção. Uso, conservação e inspeção de ferramental e equipamentos. Manutenção preventiva e corretiva: corrosão. Tecnologia da indústria química. Segurança em laboratórios químicos. Máquinas e Equipamentos de Transporte. Processo de Trabalho e Produção: na construção civil, em serviços da saúde, em agroindústria, em transporte e logística. Processos de trabalho regionais.

Bibliografia:

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.
FONSECA, Ariadne da Silva; SARTORI, Marcelo Ricardo de Andrade. **Manual de segurança do trabalho**. São Paulo: Martinari, 2017. 462 p. ISBN 9788581160580.
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Saneamento, Saúde e Ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

Bibliografia complementar:

RODRIGUES, Flávio Rivero. **Prevenindo acidentes na construção civil**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2013. 223 p. ISBN 9788536125305 (broch.).
SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade:**

aspectos técnicos e práticos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. ISBN 9788536131313.
IKEDO, Fernanda (ORG.). **Trabalhar e adoecer na agroindústria: da reabilitação profissional à construção da norma regulamentadora dos frigoríficos (NR 36)**. Florianópolis: Insular, 2014. 197 p. ISBN 9788574747798 (broch.).
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (autor). **Prevenção de acidentes a bordo de navios no mar e nos portos: código de práticas da OIT**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 213 p. ISBN 8598117102.
GASI, Tânia Mara Tavares. **Opções para tratamento de esgotos de pequenas comunidades**. São Paulo: CETESB, 1988.36p.

SEGURANÇA DO TRABALHO II

Ementa: Programas de Gerenciamento de Riscos. Segurança no transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais NR-11. Caldeiras e vasos de pressão NR-13. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho NR-24. Fiscalização e penalidades NR-28. Investigar, analisar e relatar causas e conseqüências do acidente no ambiente de trabalho, CAT. Normas Regulamentadoras NR-06, NR-08, NR-09, NR-11, NR-12, NR-19, NR-20, NR-21, NR-24, NR-26, NR-28. Ventilação industrial.

Bibliografia:

SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** 10. ed. São Paulo: LTr, 2014. 702 p. ISBN 9788536131788.
SANTOS JÚNIOR, Joubert Rodrigues dos; ZANGIROLAMI, Márcio José. **NR 12: Segurança em máquinas e equipamentos: conceitos e aplicações.** 2. ed. São Paulo: Érica, 2020. ISBN 9788536531786.
CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA**. 4 .ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. ISBN 9788536120485.

Bibliografia complementar:

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho**. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.
CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas . São Paulo, SP: Atlas, 1999. 254 p.
ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.
VIEIRA, Valmir Inácio**. Os acidentes do trabalho na nova NR-12.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2014. 158 p. ISBN 9788536130460.
LEAL, Paulo. **Descomplicando a segurança do trabalho**: ferramentas para o dia a dia. São Paulo:LTR. 2012. 344p.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS
Ementa: Antecedentes históricos. Estudos realizados. Teorias de sistemas e subsistemas. Teoria e riscos. Gestão de riscos. Ferramentas e métodos de identificação, análise, avaliação e controle de riscos. Explicação dos termos. Avaliação de perdas num sistema.
Bibliografia: RIBEIRO NETO, João Batista de Moraes; TAVARES, José da Cunha; HOFFMANN, Silvana Carvalho. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: SENAC, 2010. 362 p. ISBN 9788573599602. TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho.** 8. ed. São Paulo, SP: Senac, 2010. 165 p. ISBN 9788573599763. TAVARES, José da Cunha. **Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2011. 154 p. ISBN 9788573599756.
Bibliografia complementar: DE CICCO, Francesco; FANTAZZINI, Mario Luiz. **Tecnologias consagradas de gestão de riscos.** São Paulo: Risk Tecnologia, 2003. MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2000. 302 p. PEREIRA, Fernandes José; CASTELLO FILHO, Orlando. **Manual prático**: como elaborar uma perícia técnica de insalubridade, de periculosidade, de nexo causal das doenças ocupacionais e das condições geradoras do acidente do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 239 p. MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho**. 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074. CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 254 p.

3º SEMESTRE:

PSICOLOGIA DO TRABALHO
Ementa: Noções de Psicologia aplicada ao trabalho. Os processos de comunicação no trabalho. Relacionamento interpessoal e Equipes de trabalho. Estresse e qualidade de vida no trabalho. Saúde mental e trabalho.
Bibliografia: BERNAL, Anastasio Ovejero. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Tradução de Juliana Santos Padilha. Porto Alegre: Artemed, 2010. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE NO BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias, Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. (Disponível na internet) SCALDELAI, A. V. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012.
Bibliografia complementar: ANTUNES, Ricardo L. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005 BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. de L. T.. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva,2008. FRANÇA, Ana Cristina Limongi; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e Trabalho:** uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2009. GUIMARÃES, Liliane. A. M; GRUBITS, S. (Orgs). **Série Saúde Mental e Trabalho**. Vol I, II, III e IV. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. ROCHA, G. C**. Trabalho, saúde e ergonomia**: relações entre aspectos legais e médicos. Curitiba: Juruá, 2012.

SEGURANÇA DO TRABALHO III
Ementa: Segurança e saúde no trabalho: Trabalho Portuário; Aquaviário; Indústria da Construção e Reparação Naval; Construção Civil. Estudo das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR-31; NR-33, NR-34, NR-13, NR-14, NR-05, NR-29, NR-30, NR-35, NR-36 e NR-37.
Bibliografia: RIBEIRO NETO, João Batista de Moraes; TAVARES, José da Cunha; HOFFMANN, Silvana Carvalho. **Sistemas de gestão integrados:** qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: SENAC, 2010. 362 p. ISBN

9788573599602.
FISCHER, Georg et al. **Gestão da qualidade**: segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: USP: Blucher, 2009. 240 p. ISBN 9788521204664.
CAMPOS, Armando. **CIPA Comissão interna de prevenção de acidentes**: uma nova abordagem. 20. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. 375 p. ISBN 9788539602025.

Bibliografia complementar:

IKEDO, Fernanda (ORG.). **Trabalhar e adoecer na agroindústria: da reabilitação profissional à construção da norma regulamentadora dos frigoríficos (NR 36)**. Florianópolis: Insular, 2014. 197 p. ISBN 9788574747798 (broch.).
TAVARES, José da Cunha. **Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho.** 11. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. 166 p. ISBN 9788539601585.
RODRIGUES, Flávio Rivero. Prevenindo acidentes na construção civil. 2. ed. São Paulo: LTr, 2013. 223 p. ISBN 9788536125305
ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos**: gerenciamento de Emergência Química. 2a Edição,Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005.948 p.
FANTAZZINI, Mario Luiz; DE CICCO, Francisco M. G. A. F. **Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas**. 4 ed. São Paulo:FUNDACENTRO, 1994. 194p.

LEGISLAÇÃO

Ementa: Hierarquia das Leis. Divisão Geral do Direito. Noções gerais sobre Direito e normas jurídicas. Normas pertinentes à segurança do trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Normas e padrões internacionais. Introdução ao Direito Trabalhista: conceituação de empresa – empregado. Responsabilidade civil e criminal. Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Gestão administrativa pública.

Temas transversais: Respeito e valorização do Idoso.

Bibliografia:

BRASIL. Senado Federal. DECRETO-LEI N.º 5.452, de 1º de maio de 1943**.** Disponível atualizada em www.planalto.gov.br
SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** 3.ed. São Paulo: LTr, 2005. 720 p. ISBN 8536106808 (broch.).
MICHEL, Osvaldo. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais.**São Paulo: LTR, 3 ed. 2008.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, José Luiz Dias. **Acidentes do Trabalho:** responsabilidade penal, civil e acidentes do trabalho. São Paulo: LTR. 1996
MARTINS. Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. Atlas: São Paulo. 23 ed., 2007

SALEN NETO. José. **Acidentes do trabalho na teoria e na prática**. LTR: São Paulo 2001.
MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho.** 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.
CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes:** uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 254 p.

HIGIENE DO TRABALHO II

Ementa: Agentes químicos: gases, vapores orgânicos e inorgânicos, névoas, neblinas, aerodispersóides, poeiras, fumos, fumaça metálica. Agentes biológicos: vírus, bactérias, fungos, entre outros. Limites de tolerância. Insalubridade. Estudo e interpretação NR-15. ACGIH e NIOSH.

Bibliografia:

ROCHA, Rosemberg; BASTOS, Marcos. **Higiene ocupacional ao alcance de todos: monitoramento, gestão e controle dos riscos ambientais.** Rio de Janeiro: Autografia, 2016. 461 p. ISBN 9788555268540.
SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011. 478 p. ISBN 9788536117850.
BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 10. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2019. 462 p. ISBN 9788539629459 (broch.).

Bibliografia complementar:

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde do trabalho.** 5. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2011. 829 p. ISBN 9788577282074.
SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos.** 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. ISBN 9788536131313.
CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA**. 4 .ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. ISBN 9788536120485.
SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados** - PPRA. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010. 112 p. ISBN 9788563120461.
MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p. ISBN 8573795654.

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO II

Ementa: Planejamento e projeto: etapas e elaboração; objetivos de ensino. Conteúdo. Estratégia ou Procedimento de Ensino. Recursos audiovisuais. Reunião. Técnicas e organização de grupo;

Desempenho prático através de uma aula ou palestra, com utilização de recursos didáticos; desenvolvimento de campanhas; técnicas de treinamento.

Bibliografia:

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência:** técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
POLITO, Reinaldo. **Assim e que se fala**: como organizar a fala e transmitir idéias. 20. ed. São Paulo: Saraiva. 2001.
POLITO, Reinaldo. **Como falar:** corretamente e sem inibições. 104. ed São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Alípio do Amaral. **Comunicação para a qualidade.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.
PALACIO, R. J. **Extraordinário**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. 318 p.
PEASE, Allan; PEASE, Barbara. **Desvendando os segredos da linguagem corporal**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005. 271 p.
PENTEADO, J. R. Whitaker. **A técnica da comunicação humana**. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 469 p.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. São Paulo: Contexto, 2008. 221 p.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Ementa: Toxicologia Industrial. Procedimentos em toxicomonamos; Doenças do trabalho; Epidemiologia geral; recuperação do acidentado: reabilitação profissional. Estudo e interpretação da NR-07; Exames médicos e periódicos. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Fisiologia do Trabalho. Conhecer a Lei de Biossegurança. Patologias do trabalho.

Bibliografia:

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.
MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2000. 302 p.
PEREIRA, Fernandes José; CASTELLO FILHO, Orlando. **Manual prático**: como elaborar uma perícia técnica de insalubridade, de periculosidade, de nexo causal das doenças ocupacionais e das condições geradoras do acidente do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 239 p.

Bibliografia complementar:

SALIBA, Tuffi Messias; CORREA, Marcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade**: aspectos tecnicos e praticos. 3. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 1997. 228p.
ROCHA, Luiz Antônio Rabelo. **PCMSO**: teoria e prática. São Paulo: LTr, 2011. 120 p.
MOTTA, Rubens Cenci. **Crônicas em perícias médicas, DORT & reabilitação profissional**. 2.

ed. São Paulo: LTr, 2012. 197 p.
TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. **Biossegurança**: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. 362p.
FUNDACENTRO. **Curso de Medicina do Trabalho**. Volume 1. São Paulo. 1981.285p.

TECNOLOGIA E CONTROLE DE SINISTROS
Ementa: Emergências com Produtos Perigosos. Prevenção e Controle de Incêndios. Planos de Emergência. Instrução Prática.
Bibliografia: ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos**: gerenciamento de emergência química. 2.ed. Rio de Janeiro: GVC Gerenciamento Verde Consultoria, 2005. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. **Manual de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos.** São Paulo: ABIQUIM, 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas da ABNT/NBRs em prevenção de incêndios e planos de emergência.**
Bibliografia complementar: NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL. **Transporte de Produtos Perigosos.** 2. ed. Florianópolis: Artes & Letras Comunicação.2013. PATNAIK, Pradyot. **Guia geral:** propriedades nocivas das substâncias químicas. 2. ed. Belo Horizonte: Ergo Editora, 2011.v.1 HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. **Manual de Biossegurança**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014. SCALDELAI, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012.

4º SEMESTRE:

ESTATÍSTICA APLICADA
Ementa: Cálculo de área e volume; Porcentagem; Termos da Estatística; Distribuição de frequência; Representação gráfica de dados estatísticos; Medidas de tendência Central; Medidas de dispersão; Probabilidade; Taxa de frequência e de gravidade de acidentes em segurança do trabalho.
Bibliografia: GOMES, Frederico Pimentel. **Curso de Estatística Experimental**.São Paulo:Nobel, 1980. TIBONI, Conceição G. R. **Estatística Básica** – Para os cursos, São Paulo: Atlas, 2010. VIEIRA, Sonia. **Elementos de Estatística**. São Paulo: Atlas, 2003.
Bibliografia complementar: MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística Geral e Aplicada**. Editora Atlas, ISBN 9788522463558, edição 4. COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **CURSO DE ESTATISTICA BÁSICA**: TEORIA E PRATICA. Ed.Atlas, ISBN: 9788522466597e. EDIÇÃO: 2011 . EDIÇÃO: 1ª. TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 10 ed. Rio de Janeiro:LTC, 2008. BARBETTA, P. A., REIS, M. M.; BORNIA, A. C. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. 2 ed.2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 410p. RODRIGUES, M.I.; IEMMA, A. F. **Planejamento de experimentos e otimização de processos**. 1 Edição. Campinas: Ed. Casa do Pão, 2005.

TÓPICOS ESPECIAIS
Ementa: Aspectos Modernos em Saúde e Segurança do Trabalho. Atualização de normas e procedimentos. Comportamento seguro. Gestão em Segurança do trabalho. Seminários e Estudos de Caso.
Bibliografia: TAVARES, José da Cunha. **Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho.** 10. ed. São Paulo: Senac, 2011. PAULO ROBERTO BARSANO; RILDO PEREIRA BARBOSA. **Segurança do Trabalho.** 1. São Paulo 2017 352 ISBN 9788536525563. SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2018. 494 p. ISBN 9788536195377.
Bibliografia complementar: RIBEIRO NETO, João Batista de Moraes; TAVARES, José da Cunha; HOFFMANN, Silvana Carvalho. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Senac, 2012.

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.
OTÁVIO JOSÉ DE OLIVEIRA. Gestão da Qualidade, higiene e segurança na empresa. Brazil: ISBN 9788522122615.
GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e saúde no trabalho em 2000 perguntas e respostas. 6. ed. São Paulo: LTr, 2017. 736 p. ISBN 9788536193687.
PAULO ROBERTO BARSANO; RILDO PEREIRA BARBOSA. **Higiene e segurança do trabalho 2ª ED.** 2. São Paulo 2018 0 ISBN 9788536527536.

ERGONOMIA

Ementa: Conceito e evolução histórica da ergonomia e seu desenvolvimento; NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria, sistema homem-máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica de um posto de trabalho e projetos ergonômicos. Principais métodos utilizados em ergonomia.

Bibliografia:

COUTO, Hudson de Araújo. **Como instituir a ergonomia na empresa**: a prática dos comitês de ergonomia. 2. ed. Belo Horizonte: Ergo Editora, 2011. 312 p.
ROCHA, Geraldo Celso. **Trabalho, saúde e ergonomia**: relação entre aspectos legais e médicos . Curitiba: Juruá, 2012. 151 p.
ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236.

Bibliografia complementar:

COUTO, Hudson de Araújo. **Novas perspectivas na abordagem preventiva das LER/DORT**: o fenômeno L.E.R./D.O.R.T. no Brasil natureza, determinantes e alternativas das organizações e dos demais atores sociais para lidar com a questão. Belo Horizonte: Ergo Editora, 2000. 480 p.
DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. **Ergonomia prática**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: E. Blücher, 2012. 163 p.
ABRAHÃO, Júlia et al. **Introdução à ergonomia:** da prática à teoria. São Paulo: E. Blücher, 2009. 240 p.
KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E. (Etienne). **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.
COUTO, Hudson de Araújo; NICOLETTI, Sérgio José; LECH, Osvandré. **Gerenciando a LER e os DORT nos tempos atuais**. Belo Horizonte: Ergo Editora, 2007. 492 p.

SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença no Contexto da Sociedade. Sistema

Único de Saúde. Pacto pela saúde. Condicionantes e Determinantes do Processo Saúde e Doença. Programas de Promoção da Saúde. Políticas públicas de Saúde e Educação. Política Nacional de Promoção de saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. RENAST e CEREST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador). Saúde Mental. Lei orgânica de saúde. Lei 8.142.

Temas transversais: Respeito e valorização do Idoso e Educação Alimentar.

Bibliografia:

SCLIAR, Moacyr. **Saúde pública:** histórias, políticas e revolta. São Paulo, SP: Scipione, 2002 142 p.

SCLIAR, Moacyr. **Um olhar sobre a saúde pública.** São Paulo: Scipione, 2003. 48 p.

LEIRIA, Maria de Lourdes. **Assédio sexual laboral, agente causador de doenças do trabalho. Reflexos na saúde do trabalhador.** São Paulo: LTr, 2012. 214 p.

Bibliografia complementar:

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida. **Saúde Pública:** ensinando a cuidar em saúde pública. Caetano do Sul SP: Yendis, 2.ed, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.602, de 7 de Novembro de 2011**:** Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. **Lei nº 8.080 de 10.09.1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços.

BRASIL. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. **Lei nº 8.142 de 28.12.1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Estadual em São Paulo. Saúde do Trabalhador: **programa de qualidade de vida e promoção à saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 36 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

GESTÃO AMBIENTAL

Ementa: Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e efluentes. NR 25- Resíduos industriais.

Bibliografia:

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**. São Paulo (SP): Atlas, 2001. 158p.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **ISO 14001: manual de implantação**. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 1998. 117p.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa.** São Paulo (SP): Atlas, 1995. 143p.

Bibliografia complementar:

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental**: meio ambiente interno. Vol. 3. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2002.

PHILLIPI JÙNIOR, Arlindo. **Saneamento, Saúde e Ambiente:** fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole. 2005.

VALLE, Cyro EYER do. **Como preparar para as normas da ISO 14000**: qualidade ambiental. 2 ed. Atual. São Paulo (SP): Pioneira, 1996. 137p.

MAIMON, Dalia. **Passaporte Verde**: gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 1996. 111p.

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental**: meio ambiente. Vol. 2. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2002.

PROJETO INTEGRADOR

Ementa: Método científico; Projetos técnicos e de pesquisa; Trabalhos acadêmicos; Relatório final. Atividades ou projetos de pesquisa. Atividades ou projetos de extensão; Atividades de ensino.

Bibliografia:

AHRENS, Dirk Claudio; PELLINI, Tiago; SANTORO, Patricia Helena (Org.). **Agroecologia no IAPAR:** resumos de projetos de pesquisa e trabalhos publicados de 2004 a 2009 . Londrina: IAPAR, 2009.

FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO 5., 2014, Camboriú, SC. Realização Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú.Camboriú: IFC Campus Camboriú, 2014. 1 DVD

Universidade Federal de Santa Maria. **Alfabetização científico-tecnológica e investigação-ação educacional.** Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, 2003. 65p.

Bibliografia complementar:

COLETÂNEA cadernos temáticos: educação profissional. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2008. 1 CD-ROM

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho:** doenças ocupacionais e nexo técnico epidemiológico. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2013. 223 p. ISBN 9788530949204.

SOUKI, Omar. **Acorde!:** viva seu sonho! : a magia da palavra em suas mãos. Blumenau, SC: Eko, 1995. 118p. ISBN 8585415908 (broch.).

SOARES, Leôncio (Org.). **Aprendendo com a diferença:** estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 141p. ISBN 8575260944.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Eu e os outros:** as regras da convivência. São Paulo: Moderna, 2001. 46 p. (Aprendendo a com-viver).

4.7.2 Componente curriculares optativos

GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
Ementa: Normas de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho: ISO 45001 e OHSAS 18001. Programas de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Gestão de documentos. Requisitos legais para documentação. Registro de procedimentos e treinamentos. Ferramentas da qualidade. Ferramentas de planejamento e gestão. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Sistemas Integrados de Gestão. ISO 9001. ISO 14001. NR 25 - Resíduos Industriais.
Bibliografia: ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 77. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1060 p. (Manuais de Legislação Atlas). ISBN 9788597004236. CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas**. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 254 p. TAVARES, José da Cunha. **Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2011.
Bibliografia complementar: ARAUJO, G.M. **Sistema de gestão de SSO OHSAS 18001:2007 e OIT SSO/2001 Comentado e Comparado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: GVC, 2008. CERQUEIRA, J.P. de. **Sistemas de gestão integrados: ISO9001, NBR16001, OHSAS 18001, ISO14001 e SA8000: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. RIBEIRO NETO, João Batista de Moraes; TAVARES, José da Cunha; HOFFMANN, Silvana Carvalho. **Sistemas de gestão integrados: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Senac, 2012.

LIBRAS
Ementa: Surdez e linguagem. Concepções do Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo da Educação de Surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de Libras. Professor Bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras.
Bibliografia:

FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 103 p. ISBN 9788577060047.
GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007. 150 p. ISBN 9788585683803.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 9788536303086.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos:** ideologias e práticas pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 158 p. (Trajetória ; 5). ISBN 8575260014.
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 2 v. ISBN 8531406692.
LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 102 p. (Temas & educação ; 5.). ISBN 978-85-7526-283-2.
SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolingüísticas . São Paulo: Plexus, 2007. 268 p. ISBN 9788585689834.
SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos:** concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 123 p. ISBN 9788536228280.

4.8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular desta Habilitação Técnica de Nível Médio será conferido o diploma de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO com validade nacional.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Segurança do Trabalho. Os históricos escolares que acompanham os certificados e/ou diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

A expedição e registro de certificados dos Cursos do Instituto Federal Catarinense é regida pela Portaria Normativa Nº 7/2021, sendo estas atribuições concernentes ao registro acadêmico.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1. CORPO DOCENTE

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone institucional
BRUNO CARLESSO AITA	40h DE	Graduação em Engenharia Química, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e doutorado em Engenharia Química.	bruno.aita@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
CLEONICE MARIA BEPPLER	40h DE	Graduação em Engenharia Florestal e Especialização em Gestão de Emergências e Desastres, em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Incêndios Florestais e Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial.	cleonice.beppler@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
FABIO ALVES DOS SANTOS DIAS	40h DE	Graduação em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política, doutorado em Sociologia.	fabio.dias@ifc.edu.br	(47)2104 – 0805
FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES	40h DE	Graduação em Enfermagem. Especialização em Enfermagem do Trabalho. Mestra e Doutora em Ciências da Saúde.	flavia.fernandes@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
GIANFRANCO DA SILVA ARAUJO	40h DE	Graduação em Administração.Especialização em Informática em Educação. Mestrado profissional em Administração - Gestão, Internacionalização e Logística	gianfranco.araujo@ifc.edu.br	(47)2104–0803
GILMAR BOLSI	40h DE	Graduação em Direito. Mestrado em Direito.	gilmar.bolsi@ifc.edu.br	(47)2104 – 0806
LEANDRO MONDINI	40h DE	Graduação em Engenharia Civil, especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Gestão de Crises e Desastres.	leandro.mondini@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
LEONARDO TALAVERA CAMPOS	40h DE	Engenheiro Agrônomo, mestrado em Zootecnia e Doutor em Ciências.	leonardo.campos@ifc.edu.br	(47)2104 – 0851

LETÍCIA PINTO RABELO	40h DE	Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária Mestrado em Engenharia Ambiental.	leticia.rabelo@ifc.edu.br	(47)2104 – 0851
LUIZ FELIPE UNGERICHT	40h DE	Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Educação Agrícola.	luiz.ungericht@ifc.edu.br	(47)2104 – 0803
MARCOS ALEXANDRE HEINIG	40h DE	Engenharia Agronômica. Engenharia de Segurança do Trabalho.	marcos.heinig@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
MARIA SALETE	40h DE	Graduação em Letras, mestrado e doutorado em Linguística.	maria.salete@ifc.edu.br	(47)2104 – 0803
MIRELA BERNIERI	40h DE	Graduação em Engenharia Ambiental. Especialização em Biologia da Conservação. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	mirela.bernieri@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
MONIQUE KOERICH SIMAS ERSCHING	40h DE	Graduação em Engenharia Civil, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e mestrado em Engenharia Civil.	monique.ersching@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
TATIANA MARCELA ROTTA	40h DE	Graduação em Psicologia. Mestrado em Ciências do Movimento Humano. Doutorado em Saúde Coletiva.	tatiana.rotta@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
ROSSANO LINASSI	40h DE	Bacharelado em Gastronomia, Mestrado em Turismo e Hotelaria, doutorado em Adminstração.	rossano.linassi@ifc.edu.br	(47)2104 – 0869

5.2. COORDENAÇÃO DE CURSO

Docente	**Regime de Trabalho**	**Titulação**	**Endereço de e-mail**	**Telefone institucional**
BRUNO CARLESSO AITA	40h DE	Graduação em Engenharia Química, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e doutorado em Engenharia Química.	bruno.aita@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853

5.3. NDB

Docente	**Regime de Trabalho**	**Titulação**	**Endereço de e-mail**	**Telefone institucional**

BRUNO CARLESSO AITA	40h DE	Graduação em Engenharia Química, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e doutorado em Engenharia Química.	bruno.aita@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES	40h DE	Graduação em Enfermagem. Especialização em Enfermagem do Trabalho. Mestra e Doutora em Ciências da Saúde.	flavia.fernandes@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
LEANDRO MONDINI	40h DE	Graduação em Engenharia Civil, especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Gestão de Crises e Desastres.	leandro.mondini@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
MARCOS ALEXANDRE HEINIG	40h DE	Engenharia Agronômica. Engenharia de Segurança do Trabalho.	marcos.heinig@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
MIRELA BERNIERI	40h DE	Graduação em Engenharia Ambiental. Especialização em Biologia da Conservação. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	mirela.bernieri@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS	40 h	Graduação em Psicologia.	jorge.santos@ifc.edu.br	(47)2104 – 0833

5.4. COLEGIADO

Docente	**Regime de Trabalho**	**Titulação**	**Endereço de e-mail**	**Telefone institucional**
BRUNO CARLESSO AITA	40h DE	Graduação em Engenharia Química, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e doutorado em Engenharia Química.	bruno.aita@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
FLÁVIA DE SOUZA FERNANDES	40h DE	Graduação em Enfermagem. Especialização em Enfermagem do Trabalho. Mestra e Doutora em Ciências da Saúde.	flavia.fernandes@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
LEANDRO MONDINI	40h DE	Graduação em Engenharia Civil, especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Gestão de Crises e Desastres.	leandro.mondini@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
MARCOS ALEXANDRE HEINIG	40h DE	Engenharia Agronômica. Engenharia de Segurança do Trabalho.	marcos.heinig@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853

MIRELA BERNIERI	40h DE	Graduação em Engenharia Ambiental. Especialização em Biologia da Conservação. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	mirela.bernieri@ifc.edu.br	(47)2104 – 0853
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS	40 h	Graduação em Psicologia.	jorge.santos@ifc.edu.br	(47)2104 – 0833

5.5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
NOME	CH	CARGO	FORMAÇÃO
DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - DEPE			
SIMONE MARQUES DE ALMEIDA	40	Técnico de tecnologia da informação	Mestrado(T)
MÁRCIA RODECZ	40	Pedagogo	Mestrado(T)
NEUSA DENISE MARQUES	40	Pedagogo	Mestrado(T)
BIBLIOTECA			
ANDRÉIA DOS SANTOS	40	Auxiliar de Biblioteca	Mestrado(T)
ANGELA LIDVINA SCHNEIDER	40	Auxiliar de Biblioteca	Especialização Niv Sup(T)
FERNANDA BORGES VAZ RIBEIRO	40	Bibliotecária/documentalista	Mestrado(T)
ILDA SANTOS CARDOSO PEREIRA	40	Auxiliar de Biblioteca	Graduação Niv Sup Comple(T)
VIVIAN CASTRO OCKNER	40	Bibliotecária/documentalista	Sup compl ou hab legal eqv
MARINA JULIANA BATISTA BARWINSKI	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
MAROUVA FALLGATTER FAQUETI	40	Bibliotecária/documentalista	Doutorado(T)
SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL - SISAE			
ELIANA MARIA FABIANO DE ALMEIDA	40	Telefonista	Mestrado(T)
MARIA DE FÁTIMA BURGER BORDIN	40	Assistente de Aluno	especialização Niv Sup(T)
ANA REGINA CAMPOS CHAGAS	40	Agente Administrativo	2o gr compl ou tec profiss
HERLON IRAN ROSA	40	Assistente de Aluno	Mestrado(T)
NELZA DE MOURA	40	Assistente Social	Sup compl ou hab legal eqv

ANDERSON DE ASSUNÇÃO MEDEIROS	40	Assistente de Alunos	Mestrado
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS	40	Psicólogo	especializaçã o Niv Sup(T)
SAÚDE/AMBULATÓRIO - CAMBORIÚ			
PEDRO ALVES CABRAL FILHO	40	Médico	Mestrado(T)
GLEISSON RAMOS DE OLIVEIRA	40	Técnico em Enfermagem	Sup compl ou hab legal eqv
MARIA ANGÉLICA DE M. A. PIMENTA	40	Enfermeira	Mestrado(T)
MARIA GORETTI ALÉSSIO CRISPIM	30	Odontólogo	Mestrado(T)
MARIA HELENA BARBOSA LIMA TOMPSON	40	Técnico Enfermagem	2o gr compl ou tec profiss
SANDRA ROSABEL PEREIRA	40	Enfermeira	especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO TÉCNICO			
JOECI RICARDO GODOI	40	Técnico de Laboratório	especializaçã o Niv Sup(T)
RAQUEL ROSA VANTI	40	Escriturária	Nível Médio(T)
ASSESSORIA DE ENSINO			
TEREZINHA PEZZINI SOARES	40	Secretário Executivo	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO SUPERIOR			
VANIA LEONARDELLI PEREIRA	40	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
ROBINSON FERNANDO ALVES	40	Técnico em Assuntos Educacional	Mestrado(T)
LAUREN BENTES DE AZEVEDO PRATES	40	Técnica em Assuntos Educacional	Mestrado(T)
LETÍCIA ALVES GOMES ALBERTTI	40	Técnico de Laboratório	Sup compl ou hab legal eqv
LEONARDO CAPARROZ CANGASSU	40	Técnico em Assuntos Educacional	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE REGISTRO ACADÊMICO E CADASTRO INSTITUCIONAL - CRACI			
INDIANARA DALAGO	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
MARCIO APARECIDO LUCIO	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
JÉSSICA MOTTA	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
FABIANO ENDRES	40	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
REGINA CELIA SEQUINEL EISFELD	40	Auxiliar em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
SAIONARA GARCIA DOTTO	40	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
MARIA AMÉLIA CUNHA PEREIRA	40	Cozinheiro	Nível

			Médio(T)
CARLOS ALEXANDRE PORTO	40	Técnico de Tec. da informação	Especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO, ESTÁGIO E EGRESSOS			
CRISTINE DE OLIVEIRA DILI	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
MICHELA CANCILLIER	40	Técnico em Laboratório	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO			
MARCELE ARRUDA MICHELOTTO	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DAP			
MARCEL AMARAL DAOUD	40	Administrador	Mestrado(T)
SETOR DE CONTABILIDADE			
RICARDO BRUNO CABRAL	40	Técnico em Contabilidade	Especializaçã o Niv Sup(T)
SETOR DE COZINHA			
KARLA DANIELLE GABARDO	40	Nutricionista	Especializaçã o Niv Sup(T)
BERNADETE RAMPELOTI SILVA	40	Cozinheiro	Especializaçã o Niv Sup(T)
VENÂNCIA PEREIRA MELO	40	Cozinheiro	Nivel Médio(T)
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			
CRISTINA SCHMITT	40	Contador	Especializaçã o Niv Sup(T)
EDSON FERNANDO PAGLIOCHI	40	Assistente em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
CHEFE DO SETOR DE LIQUIDAÇÃO			
JOSÉ DOMINGOS PEREIRA	40	Pedreiro	Nível Médio(T)
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES			
FRANCIELE PISSININ DENARDINI	40	Administrador	Sup compl ou hab legal eqv
LIA MARA SILVA DE SOUZA	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
TELMA ZANLUCAS	40	Assistente em Administração	Pos-Graduacao(T)
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS			
MICHELLI SLHESSARENKO	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO			
LUIZ GONZAGA CECHET	40	Auxiliar em Agropecuária	Mestrado(T)

LOANA DE MOURA FURLAN	40	Auxiliar em administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
ALEX SANTOS DE OLIVEIRA	40	Operador de Máq. agrícolas	Especializaçã o Niv Sup(T)
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	40	Técnico de Laboratório	Graduação Niv Sup Comple(T)
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS			
ROSEMERI APARECIDA MARCON	30	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
TICIANNE CARLA CORREA PEDROSO	40	Auxiliar em administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
DIREÇÃO GERAL			
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO			
MARILIA CRISTIANE MASSOCHIN	25	Jornalista	Mestrado(T)
UNAI - UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA			
SERGIO DOS SANTOS SOUZA	40	Auditor	Especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO			
GUSTAVO COSTA MEIRELES	40	Téc. em Tec. Da Informação	Graduação Niv Sup Comple(T)
JEAN MARLON HULSE MERIGO	40	Téc. Laboratório - Área: Informática	Especializaçã o Niv Sup(T)
WUYSLEN RANIERY SANTOS MELO	40	Téc. em Tec. Da Informação	Especializaçã o Niv Sup(T)
CARINE CALIXTO AGUENA	40	Analista de Tec. da Informação	Mestrado(T)
GENESIO JOÃO CORREIA JUNIOR	40	Técnico de Tec. da informação	Especializaçã o Niv Sup(T)
JORGE LUIZ ALVES	40	Técnico em tec. Da informação	2o gr compl ou tec profiss
CHEFIA DE GABINETE			
KRISTIAN VICENTE	40	Tec. Em segurança do trabalho	Especializaçã o Niv Sup(T)
CHEFIA DE GABINETE - COORDENARDORA DE CERIMONIAL			
LUCAS GREFF DIAS	40	Assistente em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES E INSTRUTORES DE CÃES-GUIA			
MERCEDES DA SILVA	40	Assistente em Administração	Especializaçã o Niv Sup(T)
AMANDA MASSUCATTO	40	Assistente de Laboratório	Mestrado(T)
LUIS FERNANDO KLUGE	40	Administrador	Mestrado(T)
SANY REGINA SARDA JUSTI	40	Tradutora e Interprete de Libras	Mestrado(T)

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PRODUÇÃO			
LAIRTON LUIZ ROZZA	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
LUIZ FERNANDO ASSUNÇÃO LORETTO	40	Vigilante	Especializaçã o Niv Sup(T)
GILMAR DE LORENZI	40	Contínuo	Sup compl ou hab legal eqv
HUMBERTO JOÃO DUTRA JÚNIOR	40	Auxiliar em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
COORDENAÇÃO DE GESTAO DE TRANSPORTES			
ALEXANDRE MARIA	40	Motorista	Especializaçã o Niv Sup(T)
BENEDITO MENEGUELLI	40	Aux. Operacional de serv. Diversos	2o gr compl ou tec profiss
HIRAN ROSA FERREIRA	40	Assistente de Aluno	Especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL			
RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	40	Engenheiro Agrônomo	Especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL - SETOR DE OLERICULTURA			
DIEGO FINCATO	40	Auxiliar em Agropecuária	Especializaçã o Niv Sup(T)
MATEUS DE SOUZA	40	Técnico em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL - SETOR DE JARDINAGEM			
FRANK TIEGS	40	Auxiliar em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL - SETOR DE AGROINDÚSTRIA			
JULIO RAMOS JUNIOR	40	Técnico em Alimentos e Laticínios	Especializaçã o Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL - SETOR DE BOVINOCULTURA			
LUAN NOBERTO DOS SANTOS	40	Técnico em Agropecuária	Sup compl ou hab legal eqv
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL - SETOR DE SUINOCULTURA			
MARCOS DIEL	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E MANUTENÇÃO			
EDENIR ROGGE	40	Bombeiro/Hidráulico	Nivel Médio(T)
GEORGES CRAESMEYER	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO ANIMAL			
JULIANA GRANDI	40	Médica Veterinária	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE OBRAS			
ALEXANDRE FERNANDES COIMBRA	40	Engenheiro/Área Civil	Especializaçã o Niv Sup(T)

SERVIDORES EXTERNOS			
ANA REGINA CAMPOS CHAGAS	40	Agente admimistrativa	2o gr compl ou tec profiss
BENEDITO MENEGUELLI	40	Auxiliar Operacional de serviços Diversos	2o gr compl ou tec profiss
JORGE LUIZ ALVES	40	técnico em tec. Da informação	2o gr compl ou tec profiss
LETÍCIA ALVES GOMES ALBERTTI	40	Técnico de Laboratório	Sup compl ou hab legal eqv

5.6. POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

As políticas de capacitação de servidores do IFC estão detalhadas nas normatizações a seguir:

-Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o Instituto Federal Catarinense (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).

- Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).

-Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013b).

-Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).

- Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).

-Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado) dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) - bolsa de 500,00 (IFC, 2014d).

-Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).

- Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).

-Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do Instituto Federal Catarinense - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).

-Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).

-Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).

-Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).

- Portaria Normativa 09/2019 – ASSEG/GABI: Institui o Programa de Formação Continuada

de Docentes, no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

6.1. BIBLIOTECA

As bibliotecas são pilares indispensáveis para a dinamização de ações educativas para o fortalecimento da missão institucional. O Instituto Federal Catarinense (IFC) atualmente possui 17 bibliotecas, distribuídas em seus 15 *campi*. A partir de março de 2014 (Resolução nº. 007 – CONSUPER/2014) todas as bibliotecas do IFC passaram a compor o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI-IFC, que objetiva promover a gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal assim como buscar estabelecer convênios de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional.

O SIBI-IFC está vinculado a Pró-Reitoria de Ensino e sua estrutura organizacional está assim composta: a) Conselho de Representantes de Bibliotecas – COREB (deliberativo); b) Coordenação do SIBI-IFC; c) Bibliotecas dos campi e d) Comissões de Estudos e Trabalhos.

A biblioteca do Campus Camboriú é uma das bibliotecas que compõe o SIBI. Seu atendimento ao público é realizado das 7h30m às 22h35m, de segunda a sexta-feira. Possui uma equipe altamente qualificada de profissionais, sendo 2 (duas) bibliotecárias; 2 (duas) auxiliares de biblioteca e 1 (uma) auxiliar de biblioteca.

Sua estrutura ocupa uma área construída de 600 m². Oferece espaços para estudo em grupo e individual (60 lugares), 6 computadores para pesquisa na internet e elaboração de trabalhos acadêmicos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, um mini auditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com vídeo, DVD, televisão, tela de projeção e quadro branco. Seu acervo local é composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 28.000 exemplares.

O gerenciamento das bibliotecas é automatizado utilizando-se o Sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos on-line, através do site https://pergamum.ifc.edu.br/pergamum_ifc/biblioteca/index.php, via computador ou celular (Pergamum Móbile).

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca oferece diversos serviços e produtos:

Empréstimo entre bibliotecas – visa disponibilizar o acesso dos usuários a recursos informacionais que estão alocados em outras bibliotecas do IFC. Os pedidos de empréstimo entre bibliotecas são realizados pelos usuários de forma on-line na página de consulta ao acervo;

Renovação de empréstimos via telefone – serviço oferecido para facilitar o processo em momentos em que o usuário não dispõe de internet;

Serviço de acesso a bibliografia básica e complementar constante no Plano de Ensino do curso aos quais o aluno está vinculado. Esse serviço está disponível no ambiente “Meu Pergamum”. No link “Plano de ensino” o aluno ou professor pode consultar, por disciplinas do curso, quais os títulos indicados na bibliografia básica e complementar e verificar sua disponibilidade na biblioteca;

Capacitação na área da pesquisa - é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos, por demanda, que englobam orientações sobre o uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso das normas ABNT, uso do Portal CAPES e outras bases de dados, pesquisas informacionais on-line e normalização de trabalhos acadêmicos. Esse serviço está disponível para professores, alunos e funcionários;

Tutoriais de Normalização - Materiais de consulta para orientação sobre normalização de trabalhos acadêmicos e científicos disponível no site do SIBI;

Disque biblioteca ABNT – trata-se de um serviço de atendimento ao usuário via telefone e/ou e-mail que objetiva responder dúvidas sobre formatação de trabalhos acadêmicos;

Ficha catalográfica – Sendo um elemento obrigatório em trabalhos acadêmicos, o Sistema de Bibliotecas oferece um programa automatizado desenvolvido com apoio de outras instituições que permite gerar automaticamente ficha catalográfica (http://biblioteca.araquari.ifc.edu.br/biblioteca/fichacatalografica/).

Projeto Livro Livre – trata-se de um espaço destinado a disponibilizar aos usuários, obras recebidas pela biblioteca na forma de doação e não incorporadas ao acervo, por não estarem em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca;

Repositório Institucional – Projeto desenvolvido sob responsabilidade do Sistema Integrado de Biblioteca e objetiva reunir, organizar e disseminar a produção intelectual do IFC.

6.2. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	02 (dois) Auditórios com 50 lugares e 01 (um) Auditório com 400 lugares	Com recursos didáticos multimídia.
02	32 (trinta e duas) Salas de aula com capacidade para 40 lugares	Com recursos didáticos multimídia (TV).
03	04 (quatro) Laboratórios de Informática	Com computadores de mesa, disponíveis para turmas com 30 alunos
04	01 (um) Laboratório de Suporte Básico à Vida	O laboratório possui: a) Equipamentos eletrônicos audiovisuais (TV, Quadro Branco e Projetor Multimídia); b) Manequins adultos e pediátricos para

		práticas de observação em anatomia, de abordagem à vítima, em reanimação cardiopulmonar e simulação de parto emergencial; c) Material para atendimento ao trauma - hemorragias, queimaduras, fraturas e ferimentos em tecidos moles (bandagens, talas, ataduras, compressas, soro fisiológico); d) Equipamentos de mensuração de sinais vitais (termômetros digitais, esfigmomanômetros, estetoscópios, oxímetros); e) Equipamentos de Proteção Individual e de Proteção Biológica; f) Equipamentos para a prática de reanimação e oxigenoterapia e, g) Equipamentos de remoção e transporte de vítimas (maca rígida, estabilizador de cabeça, colar cervical, tirantes-aranha, manta térmica, imobilizador dorsal e cobertores).
05	01 (um) Laboratório de Prevenção e Controle de Incêndios	O laboratório dispõe de: a) Equipamentos portáteis de extinção de incêndios a base de pó químico, água pressurizada, espuma mecânica e de gás carbônico; b) Equipamentos componentes de projeto preventivo de incêndios; c) Equipamentos de proteção individual e coletiva; d) Equipamentos de técnica e tática de combate de incêndios e, e) Simuladores de princípios de incêndios e de fenomenologia da combustão
06	01 (um) Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual, Higiene Ocupacional e Ergonomia	O laboratório possui: a) Projetor Multimídia e quadro branco. b) Equipamentos de avaliação de riscos ocupacionais, como Decibelímetros, Dosímetros de Ruído, Luxímetros, Anemômetros, Medidor de Stress Térmico (Medidor de IBUTG) e Bomba gravimétrica para avaliação de poeiras e vapores. c) Equipamentos de Proteção Individual contra riscos físicos, químicos, biológicos e de acidentes. d) Mesas, cadeiras e bancadas de apoio para aulas práticas.
07	01 (um) Sala de Apoio 8 m^2	Sala de professores e de material didático do eixo Tecnológico Segurança
08	01 (um) Laboratório de Assepsia	Apresenta três pontos de água, estufa para

		esterilização de materiais, geladeira, fogão, balança e bancadas.
09	1(um) Laboratório de Controle Ambiental	Dispõe de materiais e equipamentos para análise de água e de impactos ambientais.
10	1(um) Laboratório de Física	Dispõe de materiais e equipamentos de Física Experimental
11	1(um) Laboratório de Química Básica	Dispõe de materiais e equipamentos para experimentos em Química Básica e Ambiental
12	Biblioteca	Acervo físico e virtual.

6.3. ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

O Campus Camboriú conta com área esportiva e centro esportivo de 30.000 m² composto por um campo de futebol society; um campo de futebol oficial; uma pista de atletismo; um ginásio poliesportivo com duas quadras multiuso, vestiários masculino e feminino, uma sala de professores, e seis salas de materiais armazenando equipamentos de ginástica, do atletismo, das modalidades esportivas, jogos educativos-pedagógicos, entre outros.

O Centro de Convivência do campus Camboriú é um espaço onde os alunos podem descansar e estudar. É composto por mesas, puffs, espaço ao ar livre, micro-ondas, aparelhos de som e jogos para os alunos. No local é possível realizar pequenos eventos entre alunos ou entre alunos e professores.

6.4. ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

O atendimento ao estudante ocorre preferencialmente nas salas dos docentes ou biblioteca do campus, nos horários definidos no Quadro de Horários dos docentes, elaborados a cada semestre letivo. O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. **Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei 11.741, 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm> Acesso em:11 abr. 2019.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral.** In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.265-272.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFC.** Blumenau, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Blumenau, 2014.

_____. Resolução CONSUPER n. 10/2021. **Organização Didático Pedagógica do IFC.** Blumenau, 2021.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Emitido em 24/04/2023

PROJETO DE CURSO Nº 32/2023 - DEPE/CAM (11.01.03.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/04/2023 23:55)
LUCIANE GRANDO DORNELES UNGERICHT
DIRETOR - TITULAR
DEPE/CAM (11.01.03.01.03)
Matrícula: ###113#0

Visualize o documento original em https://sig.ifc.edu.br/documentos/ informando seu número: **32**, ano: **2023**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **24/04/2023** e o código de verificação: **904e39fcfd**